

# Governo quer baixar inflação em fevereiro

■ Presidente anunciará medidas nas áreas política e econômica para enxugar o Orçamento e aumentar a arrecadação da União

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco prepara um discurso para anunciar a adoção de medidas nas áreas política e econômica. Uma das principais é o enxugamento drástico do Orçamento da União de 1994, como principal medida do plano econômico. Com isto, segundo fontes da área econômica, mesmo sem pacote, choque ou qualquer quebra de contrato, o governo conseguirá resultados positivos já a partir de fevereiro, com uma queda efetiva da inflação. "Será o orçamento mais enxuto da história do Brasil", comentou um auxiliar do presidente.

Outra novidade envolve mudanças no instituto das liminares judiciais que, nos últimos anos, têm sido um dos principais empecilhos à aplicação efetiva de medidas de governo: as liminares concedidas por juízes de todo o país valem imediatamente e têm força de lei, às vezes ficando esquecido por muitos anos o julgamento do mérito. "O presidente tomará medida para regulamentar o instituto da liminar no Código Civil", revelou ontem uma autoridade que está acompanhando os preparativos para o pronunciamento. Itamar anunciará ainda a união do PIS-Pasep e da Cofins em um só tributo social.

Algumas medidas serão adotadas por medida provisória e outras por projetos de lei. O importante, para o presidente, é que 1994 comece com uma nova estrutura fiscal e tributária.

Medidas tributárias constarão também do anúncio dos planos do presidente. Decidido a fazer valer as novas determinações em 1994, o presidente vai cumprir o princípio da anualidade, baixando as normas por medidas provisórias logo que fique caracterizada a impossibilidade do Congresso de aprovar as propostas ainda em dezembro. Ainda neste campo da tributação, Itamar deverá anunciar o que o governo pretende fazer para aumentar a arrecadação.



Itamar vai mudar o Código Civil para acabar com a chamada indústria de liminares que inibe arrecadação

Não se trata propriamente de uma anistia aos devedores, conforme definiu uma fonte do governo, mas de uma maneira diferente, inédita, de facilitar o pagamento de dívidas com tributos e aumentar a arrecadação. O governo permitirá, por exemplo, que os próprios devedores reconheçam sua dívida, informem como pagarão, acertem sua vida fiscal. O governo acredita nas informações e depois faz a verificação das informações, só para controle. "O importante é que, daquele momento do reconhecimento da dívida em diante, o devedor fica com sua situação regularizada com o fisco e começa a pagar regularmente, aumentando a arrecadação glo-

bal", explica uma fonte da área econômica.

Sobre a questão da corrupção, o presidente Itamar Franco deve se limitar, no pronunciamento, a fazer uma conclamação à apuração exhaustiva dos fatos e dos responsáveis. Ele continua profundamente incomodado com a presença do ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, no governo, depois de ter sido denunciado entre os que participaram das irregularidades que estão sendo investigadas na CPI do Orçamento. "É como se o Alexandre Costa tivesse comprado a escritura imobiliária do Ministério da Integração Regional", ironiza a fonte.

Sem querer demitir Costa, por considerar que com isto passaria um atestado de culpa antes do julgamento, o presidente acreditou ter encontrado uma boa saída quando declarou que nenhum ministro do seu governo deporia na CPI como ministro. Assim, quando convocados, pediriam demissão. Henrique Hargreaves não suportou as pressões e pediu demissão antes. Alexandre Costa está agarrado à cadeira de ministro e, agora, livre para ficar mais tempo porque a CPI não quer ouvi-lo agora. Costa não fala com ninguém do governo ao telefone e nunca mais viu Itamar Franco. Está isolado.